

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

THE CONSTRUCTION OF THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT (PPP) FROM THE PERSPECTIVE OF INTEGRAL EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-054>

Dayana Lima de Sousa

Pós-graduanda em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral (IFPI-2025). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UFPI-2021) e em Pedagogia (UFPI-2025)
E-mail: limadayana97@gmail.com

Israel de Sousa Ribeiro

Mestre em Sociologia (UFPI-2023). Graduado em Pedagogia (UESPI-2014). Pós-graduado em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (IFRR-2025); especialista em Gestão e Supervisão Escolar (FLATED-2018); Docência do Ensino Superior (FAEME-2014), Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAEME-2013)
E-mail: psicopedagogoisrael@gmail.com

RESUMO

Nas últimas décadas, as discussões em torno da educação integral tem sido crescente no cenário educacional brasileiro, principalmente, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação que ampliaram o conceito de educação. Entretanto, observa-se algumas lacunas na forma como os gestores escolares entendem e aplicam essa proposta de ensino no documento que embasa as ações pedagógicas e administrativas da escola. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caracteriza-se pela sua natureza exploratória, configurando-se como uma pesquisa bibliográfica. O objetivo geral do estudo foi analisar, a partir da revisão bibliográfica, o papel da gestão escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico com base nos princípios da educação integral. Os resultados obtidos sinalizam que a construção do Projeto Político Pedagógico na perspectiva da educação integral pressupõe uma gestão efetivamente democrática, participativa e comprometida com a formação integral dos educandos, a fim de que as proposições dessa proposta de ensino alcancem êxito.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico; Educação integral; Gestão democrática.

ABSTRACT

In recent decades, discussions around integral education have been growing in the Brazilian educational scenario, mainly based on the guidelines established by the Ministry of Education that expanded the concept of education. However, there are some gaps in the way school managers understand and apply this teaching

proposal in the document that supports the school's pedagogical and administrative actions. The research has a qualitative approach and is characterized by its exploratory nature, configuring itself as a bibliographical research. The general objective of the study was to analyze, based on the literature review, the role of school management in the construction of the Political-Pedagogical Project based on the principles of integral education. The results obtained indicate that the construction of the Pedagogical Political Project from the perspective of integral education presupposes an effectively democratic, participatory management and committed to the integral training of students, so that the propositions of this teaching proposal are successful in their implementation.

Keywords: Political-pedagogical project; Comprehensive education; Democratic management.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de educação integral ganhou grande relevância no cenário educacional brasileiro nos últimos anos. Essa importância parte da ampliação do conceito de educação para além das dimensões cognitivas, percebendo os indivíduos em sua totalidade, explorando os aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais em um esforço para apoiar o desenvolvimento dos alunos. Por orientar as práticas escolares e refletir sua identidade, valores e objetivos, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume um papel significativo no ambiente escolar e reflete sua identidade.

Nesse sentido, a gestão escolar deve adotar uma postura ativa e articulada, estimulando a comunicação entre todos os segmentos da comunidade educacional, para que o PPP esteja de acordo com os princípios da educação integral, estimulando a comunicação entre todos os segmentos da comunidade educacional.

No entanto, observa-se que há lacunas na forma como os gestores escolares entendem e aplicam essa proposta no documento que embasa as ações pedagógicas e administrativas da escola. Diante disso, é necessário refletir e discutir sobre o papel da gestão educacional na construção do PPP interligada aos princípios da educação integral. Acredita-se que o pontapé inicial de tais reflexões e discussões deve ter por base a análise da produção acadêmica disponível sobre o tema.

Dentro desse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar, por meio de revisão bibliográfica existente, o papel da gestão escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico orientado pelos princípios da educação integral. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: Discutir o conceito de educação integral a partir da literatura educacional brasileira; Compreender a função do Projeto Político-Pedagógico como instrumento orientador da prática escolar; e Investigar, na produção acadêmica selecionada, como a gestão escolar tem atuado na articulação entre o PPP e a proposta de educação integral.

Em virtude da importância do PPP na perspectiva da educação integral, a escolha do tema pesquisado justifica-se pela necessidade de enxergar a educação como um processo integral, focalizando a análise de propostas pedagógicas inseridas na jornada escolar por meio do Projeto Político-Pedagógico aliado a gestão escolar. Pressupõe-se que o conhecimento já produzido sobre o tema apresenta contribuições teóricas e práticas que se dedicam à transformação social por meio de uma educação democrática e humanizadora. Além disso, a pesquisa torna-se relevante porque permite uma reflexão crítica sobre a gestão escolar, oferecendo possibilidades de torná-la mais crítica, reflexiva, colaborativa e focada nos princípios da integralidade na formação dos sujeitos.

2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui um dos pilares fundamentais na organização escolar democrática e, na perspectiva da educação integral, essa construção assume um papel ainda mais estratégico. A educação integral, conforme orienta o Ministério da Educação (Brasil, 2009), pressupõe uma formação que articula dimensões cognitivas, emocionais, culturais, sociais e físicas, visando ao desenvolvimento pleno do estudante.

Em face disso, o PPP torna-se o documento responsável por expressar, de forma articulada, a concepção de formação humana adotada pela escola, bem como as práticas e os processos organizacionais que a sustentam. Para que o PPP represente de fato a essência da escola, é necessário considerar diferentes dimensões que a sustentam e a legitimam. Aguilar (1997, apud Betini, 2005), apresenta quatro dimensões essenciais: estrutural e conjuntural, ética valorativa, historicidade da instituição e processo do conhecimento. A primeira dimensão, a Estrutural e Conjuntural, inclina seu olhar para a sociedade de modo crítico e realista.

É impossível planejar ações educativas ignorando as desigualdades sociais, as políticas públicas - ou a ausência delas - e os desafios que muitas escolas enfrentam diariamente, como a falta de recursos, a exclusão social e a desvalorização do trabalho docente. Aguilar (1997, p. 7) nos provoca a pensar: “Que indivíduos estamos formando para viver nessa sociedade?” Esse questionamento traz à tona a responsabilidade social da escola e o seu compromisso com a transformação social.

Pensar o PPP é também pensar em uma forma de gestão que valoriza a escuta, o diálogo e a construção conjunta. Betini (2005) nos apresenta o conceito de qualidade negociada, fundamentado nas ideias de Bondioli (2004), que entende a qualidade não como um valor fixo e inalcançável, mas como um processo construído coletivamente. A escola, nesse sentido, não deve apenas seguir padrões impostos de fora, mas criar suas próprias referências de qualidade, sempre em sintonia com as diretrizes da rede de ensino e com as expectativas da comunidade.

Bondioli (2004), descreve a qualidade negociada como um processo participativo, reflexivo e transformador, que nasce das experiências e das necessidades reais da escola. É a partir do diálogo, da escuta e da construção conjunta que a qualidade se torna possível e significativa.

Outro aspecto essencial destacado por Betini (2005) é a avaliação, que deve ser vista como uma oportunidade de aprendizagem para todos. Somado a isso, Luckesi (1998) reforça a ideia que avaliar é fazer uma “crítica de percurso”, permitindo que a escola repense suas práticas e tome decisões mais conscientes e fundamentadas.

A avaliação institucional, segundo Freitas et al. (2004), deve estar intimamente ligada ao PPP e ser construída de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar como um todo. Avaliar, nesse contexto, é refletir sobre o que está dando certo, o que precisa mudar e como transformar os desafios em novas possibilidades de ação.

2.1 O PPP COMO INSTRUMENTO ORIENTADOR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O PPP, conforme Veiga (2013, p. 35), é o documento que expressa a identidade pedagógica da instituição de ensino, configurando-se “como um processo coletivo e comprometido com a formação humana emancipatória”. Ao relacionar esse entendimento à educação integral, nota-se que ambas as perspectivas defendem a centralidade do sujeito, valorizando a diversidade, a participação ativa e a autonomia no processo educativo.

A Educação Integral exige que a escola assuma uma concepção ampliada de currículo e de tempo escolar, reconhecendo que a aprendizagem ocorre em múltiplos espaços e experiências. Assim, a construção do PPP não se limita ao cumprimento formal de exigências burocráticas; deve, sim, constituir-se em um movimento político-pedagógico articulado, capaz de integrar saberes, práticas e intencionalidades. Para Libâneo (2017, p. 54), “a escola que se propõe a formar integralmente seus estudantes precisa planejar-se de modo sistêmico, coerente e participativo, garantindo que suas ações estejam alinhadas com seus princípios formativos”.

Nessa ótica, o PPP torna-se, portanto, o documento que consolida essa visão ampliada de educação, definindo diretrizes que contemplem o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, corporal, ético e cultural dos estudantes. Ele orienta não apenas o currículo, mas também as relações pedagógicas, a gestão do tempo escolar e a articulação com a comunidade, elementos fundamentais para a efetivação da proposta de educação integral.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PPP

A construção coletiva é um dos fundamentos da gestão democrática e também se constitui como requisito básico para que o PPP cumpra sua função social. Para Paro (2016), a gestão democrática implica

participação ativa de todos os sujeitos escolares — professores, estudantes, famílias, funcionários e comunidade — na tomada de decisões. Quando esse processo é incorporado à construção do PPP, a escola passa a reconhecer os múltiplos olhares que compõem sua realidade.

Na perspectiva da Educação Integral, esse aspecto se torna ainda mais relevante, pois a formação plena do estudante depende do diálogo entre diferentes agentes educativos. Cavaliere (2014) destaca que a Educação Integral requer uma “rede de corresponsabilidade”, uma vez que a escola, isoladamente, não dá conta de todas as dimensões da formação humana.

Sendo assim, vale destacar que a participação na elaboração do PPP fortalece vínculos, legitima decisões e fomenta a construção de um projeto que realmente atenda às necessidades locais. O envolvimento da comunidade escolar permite identificar demandas, potencialidades, desafios e especificidades do território, garantindo que o documento reflita a realidade concreta dos estudantes. Assim, a gestão democrática aparece como condição essencial para que o PPP constitua um instrumento vivo, dinâmico e verdadeiramente significativo.

2.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE PPP, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Educação Integral compreende o currículo como um conjunto de experiências formativas que ocorrem nos diferentes espaços da escola e fora dela. O currículo, nessa perspectiva, precisa dialogar com os princípios expressos no PPP, refletindo uma concepção ampliada de aprendizagem. Segundo Arroyo (2012), a escola deve superar práticas fragmentadas e conteudistas, adotando uma organização curricular que considere a integralidade dos sujeitos e suas múltiplas formas de aprender.

O PPP, ao orientar o currículo, deve explicitar como a escola pretende trabalhar dimensões como cultura, esporte, ciência, arte, tecnologia, saúde, emoções e convivência social. Essa orientação não se esgota na descrição de conteúdos, mas envolve a definição de metodologias, projetos, tempos e espaços educativos. Como afirma Moll (2012), a educação integral pressupõe tempos ampliados, territórios educativos diversificados e metodologias participativas, que valorizem a experiência dos estudantes.

Nesse sentido, o PPP é o elemento articulador entre teoria e prática, entre concepção pedagógica e ação educativa. Ele garante que os princípios da educação integral se materializem no cotidiano escolar, orientando escolhas metodológicas, planejamento interdisciplinar, trabalho em rede e construção de ambientes que promovam aprendizagens significativas.

2.4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

A avaliação institucional, articulada ao PPP, assume uma função estratégica na perspectiva da educação integral. Não se trata apenas de verificar o cumprimento de metas, mas de analisar de forma crítica

os processos educacionais, as relações pedagógicas e os impactos do trabalho escolar na vida dos estudantes. Luckesi (2011), afirma que avaliar é um ato político de responsabilidade coletiva, pois envolve tomada de decisões para melhorar os processos e não apenas classificá-los.

Na educação integral, a avaliação deve considerar o desenvolvimento global dos estudantes, observando aspectos quantitativos e qualitativos, cognitivos e socioemocionais. Assim, o PPP necessita estabelecer diretrizes para avaliações mais dialógicas, formativas e processuais, rompendo com modelos meramente classificatórios. Freitas (2014), defende uma avaliação comprometida com a qualidade social da educação, centrada na inclusão, na equidade e no respeito às singularidades dos sujeitos, princípios que também sustentam a proposta da educação integral.

A escola que assume a educação integral como eixo norteador e sistematiza uma avaliação permanente dos seus processos, garantindo coerência entre o que está previsto no PPP e o que é vivenciado na prática, caminha na direção que favorece a incorporação da proposta integral de ensino. Essa análise contínua fornece subsídios para ajustar rotas, reconstruir ações e fortalecer a intencionalidade formativa da instituição, o que corrobora com a efetivação de uma educação multidimensional.

2.5 O PPP COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Na perspectiva da educação integral, o PPP vai além de um documento organizador: é um instrumento de transformação social. Ele expressa o compromisso ético e político da escola com a formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de intervir na realidade em que estão inseridos. Freire (1996), afirma que “a educação só tem sentido quando se compromete com a humanização dos sujeitos”, esse compromisso deve orientar todo o processo de construção do projeto pedagógico.

Ao integrar a concepção de educação integral ao PPP, a escola assume a responsabilidade de promover experiências educativas que dialoguem com a vida, cultura, identidade e necessidades dos estudantes. Assim, o PPP torna-se uma ferramenta para a construção de uma educação não apenas inclusiva e humanizadora, mas também democrática.

Em síntese, a articulação entre PPP e educação integral demanda coerência, participação e intencionalidade. O documento deve expressar uma visão ampla de formação, definindo caminhos claros para a promoção de aprendizagens significativas e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, consolida-se como eixo estruturante da prática pedagógica e da organização escolar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo central analisar o papel da gestão escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), à luz dos princípios da educação integral, o que demanda uma

abordagem metodológica compatível com os pressupostos teóricos e os objetivos delineados. Com isso, optou-se por uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, com base na pesquisa bibliográfica.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pelo fato de que o problema de pesquisa está diretamente relacionado à compreensão de conceitos, práticas e discursos que envolvem a atuação da gestão escolar frente à proposta de formação integral dos estudantes. Sendo assim, não se pretende mensurar dados estatísticos, mas sim interpretar e discutir criticamente o que a literatura educacional contemporânea apresenta sobre o tema. A pesquisa exploratória foi adotada porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para a construção de hipóteses e reformulação de conceitos.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais e demais fontes confiáveis. Assim, optou-se por uma investigação que se apoia em fontes secundárias, com o objetivo de levantar contribuições teóricas relevantes que dialoguem com a problemática apresentada.

Além disso, como se trata de uma pesquisa qualitativa, a abordagem prioriza a interpretação dos fenômenos sociais a partir da visão dos autores estudados, valorizando o contexto em que esses fenômenos ocorrem e considerando a complexidade das relações que envolvem a gestão educacional e os princípios da integralidade. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos os registros bibliográficos e documentais. A seleção do material se deu por meio de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas (como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos da CAPES), além de documentos oficiais do Ministério da Educação e autores consagrados na área de educação integral e gestão escolar, como Betini (2005), Bondioli (2004), Aguilar (1997), entre outros.

O critério de inclusão para os textos selecionados baseou-se na relevância, atualidade e pertinência quanto ao tema investigado. O período de publicação priorizado foi entre os anos de 1997 e 2020, embora textos mais antigos tenham sido utilizados quando considerados fundamentais para o entendimento histórico-conceitual do PPP e da educação integral.

A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo temática, que consiste na identificação de categorias e padrões nas falas dos autores. As ideias principais foram agrupadas em torno de eixos teóricos, como: conceito de educação integral, participação e democracia na escola, gestão escolar e construção coletiva do PPP, qualidade negociada e avaliação institucional.

Os procedimentos metodológicos adotados permitiram interpretar, de maneira crítica, como a literatura científica trata a integração entre gestão e formação integral, destacando propostas e perspectivas que contribuem para o avanço do campo educacional. A análise se baseou, portanto, em contribuições acadêmicas consagradas na ciência e nas experiências relatadas em suas produções, considerando-as como fonte legítima de conhecimento científico.

Foram respeitados os direitos autorais, com a devida citação e referência das fontes consultadas, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A integridade acadêmica foi mantida em todas as etapas do trabalho, garantindo a transparência, confiabilidade e responsabilidade na produção do conhecimento.

Cabe destacar que, embora não tenha implicações éticas diretas com participantes, a temática abordada carrega um importante compromisso social e educacional, uma vez que trata da valorização da gestão democrática, da participação da comunidade contribuir significativamente para a ampliação da compreensão sobre o papel da gestão escolar na construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) alinhado aos princípios da educação integral.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise realizada a partir do levantamento bibliográfico analisado permitiu identificar elementos fundamentais sobre a atuação da gestão escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) orientado pelos princípios da educação integral. Os resultados evidenciam que a literatura consultada converge acerca da necessidade de uma gestão democrática, participativa e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Verificou-se que o conceito de educação integral, conforme apresentado por autores como Arroyo (2012), Moll (2012) e Brasil (2009), ultrapassa o entendimento tradicional de escolarização centrada apenas em conteúdos cognitivos. A produção acadêmica destaca a importância de articular dimensões sociais, emocionais, culturais e físicas como parte integrante do processo formativo. Isso implica que o PPP deve explicitar uma visão ampliada de currículo, tempos e espaços educativos, alinhando-se a práticas que favoreçam aprendizagens significativas e humanizadoras.

Os resultados também apontam que o PPP assume papel estratégico na organização escolar, funcionando como um documento norteador das ações pedagógicas e administrativas. A literatura revisada, especialmente Veiga (2013) e Libâneo (2017), reforça que o documento deve expressar a identidade da instituição, orientando intencionalidades, práticas e princípios que alicerçam a educação integral. Nesse sentido, constatou-se que a construção do PPP não pode ser tratada como um procedimento burocrático, mas como processo político, pedagógico e dinâmico.

Outro eixo identificado diz respeito à gestão democrática. Os autores analisados, como Paro (2016) e Bondioli (2004), indicam que a efetividade do PPP depende diretamente da participação de todos os segmentos da comunidade escolar. O conceito de “qualidade negociada”, destacado por Betini (2005), evidencia que a construção do documento requer diálogo, corresponsabilidade e escuta ativa. Assim, os resultados demonstram que o envolvimento da comunidade escolar é indispensável para que o PPP represente a realidade da instituição e tenha legitimidade.

A análise da literatura também revela que a avaliação institucional é um elemento central na articulação entre PPP e educação integral. Para Freitas et al. (2004) e Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como processo contínuo, formativo e coletivo, permitindo o monitoramento do percurso pedagógico e a revisão constante das práticas. Os resultados sugerem que a avaliação, quando vinculada ao PPP, fortalece a gestão escolar ao auxiliar na tomada de decisões e na reorganização das ações educativas.

Por fim, identificou-se que grande parte dos estudos analisados destaca o PPP como instrumento de transformação social. Freire (1996), e Cavaliere (2014) reforçam a necessidade de que a educação integral esteja voltada para a humanização, a emancipação e a participação crítica dos estudantes. Dessa forma, os resultados revelam que a gestão escolar desempenha papel crucial na articulação dos princípios da educação integral, garantindo que o PPP deixe de ser um apenas um documento formal e passe a ser um documento vivo, contextualizado e capaz de promover mudanças significativas na realidade escolar.

Em síntese, os achados apontam que a integração entre gestão escolar, educação integral e PPP depende de três pilares centrais: participação democrática, coerência entre teoria e prática e intencionalidade pedagógica baseada na formação integral. Esses elementos configuram o PPP como eixo estruturante da organização escolar e como ferramenta de fortalecimento de uma educação comprometida com a justiça social e o desenvolvimento pleno das habilidades humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise crítica da literatura consultada, foi possível identificar que a construção do PPP na perspectiva da educação integral perpassa pela gestão democrática, participativa e comprometida com a concepção de educação que visualiza os estudantes em todas as suas dimensões. Ao discutir caminhos teóricos e práticos no intuito de fortalecer a atuação dos gestores escolares como articuladores dessa proposta de ensino, a intenção foi oferecer novos subsídios que favoreçam a construção do PPP como fonte delimitadora de práticas escolares integrais.

Nesse viés, é indispensável compreender que a ideia de educação integral vai além da concepção tradicional de ensino focado meramente em conteúdos. Pesquisas na área educacional evidenciam a necessidade da educação integrar aspectos sociais, emocionais, culturais e físicos ao processo formativo. Desse modo, o PPP deve apresentar uma compreensão ampliada de currículo, bem como dos tempos e espaços educativos, orientando-se por práticas que promovam aprendizagens mais significativas e voltadas à formação humana.

Nesse entendimento, a gestão deve estar atenta quanto a viabilização da escuta ativa, diálogo permanente com a comunidade e o envolvimento de todos os agentes da escola. Espera-se de uma gestão democrática o estímulo acerca da importância do PPP enquanto instrumento dinâmico e contextualizado, que supera a dimensão burocrática e se torna um verdadeiro norteador das ações pedagógicas e

administrativas da escola e evidencie os desafios e as lacunas existentes na articulação entre gestão e educação integral, apontando alternativas viáveis para superá-los com base em experiências exitosas.

Os achados da pesquisa evidenciaram que o PPP desempenha um papel essencial na estruturação da escola, servindo como referência para orientar tanto as práticas pedagógicas quanto as decisões administrativas. A produção teórica analisada destaca que esse documento deve refletir a identidade institucional, definindo propósitos, práticas e princípios que sustentam a concepção de educação integral. Assim, verificou-se que a elaboração do PPP não deve ser entendida como mera formalidade, mas como um processo contínuo, político e, também, pedagógico.

Por fim, acredita-se que os resultados da pesquisa contribuirão para subsidiar futuras investigações e formações voltadas à gestão escolar, bem como servir de apoio para a elaboração ou reformulação de PPPs que busquem incorporar, de fato, os fundamentos da educação integral como eixo estruturante do processo educativo.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. E. **A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais.** Unicamp – São Paulo, Brasil, 1997.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BETINI, G. A. **A construção do projeto político-pedagógico da escola.** Educ@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, p. 37- 44, jan./dez. 2005.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: MEC/SECAD, 2009.

CAVALIERE, Ana. **Educação integral: uma nova escola, um novo tempo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR AMÁLIO PINHEIRO. **Projeto político pedagógico.** Ponta Grossa: Colégio Estadual Professor Amálio Pinheiro, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A qualidade da escola pública: avaliação, ciclos e promoção.** Campinas: Autores Associados, 2014.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

HELLER, A. **Para mudar a vida.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil:** direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009.